



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23107.022188/2022-78

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para confecção e instalação de peças metálicas nos Núcleos e *Campi* da Universidade Federal do Acre, no Estado do Acre, conforme descrição e quantidades abaixo:

Grupo 1 - Sena Madureira								
Item	Descrição	Local de Execução	Unid.	QTD.	QTD. MÍNIMA	QTD. MÁXIMA	Valor Unit.	Valor Total
1	Confecção e instalação de portões/grade para porta, tipo de abrir, com barras cilíndricas na vertical (vergalhão de aço) de 3/8" e espaçamento entre elas de 10 centímetros, além de possuir barra chata na horizontal de 3/4"x1/8" com espaçamento de 50 centímetros entre elas, cantoneira 3/4"x 1/8 " e dois fechos com porta cadeado, um na parte superior e outro na parte inferior do portão, com guarnições, chumbadores (mínimo de 06 (seis) ou 02 (dois) a cada metro linear), com dobradiças, devidamente aparelhada com duas demãos de zarcão e recomposição das paredes no mesmo padrão existente. Pintado com duas demãos tinta esmalte sintético e fornecimento do cadeado, compatível com o portão (cor a definir pela fiscalização). (VALOR POR METRO QUADRADO).	Sena Madureira	m²	10	2	10	772,00	7.720,00
2	Confecção e instalação de grade para janela com barras cilíndricas na vertical (vergalhão de aço) de 3/8" polegadas e espaçamento entre elas de 10 centímetros, além de possuir barra chata na horizontal de 3/4"x1/8" com espaçamento de 50 centímetros, entre elas, e cantoneiras 3/4"x 1/8" nas extremidades, chumbadores (mínimo de 06 (seis) ou 02 (dois) a cada metro linear), devidamente aparelhada com duas demãos de zarcão e recomposição das paredes no mesmo padrão existente. Pintado com duas demãos tinta esmalte sintético (cor a definir pela fiscalização). (VALOR POR METRO QUADRADO).	Sena Madureira	m²	30	10	30	780,00	23.400,00
3	Confecção e Instalação de Bicletário de 6 lugares cada – 2,00 metros por 0,60 metros. Material: ferro zincado e cantoneiras zincadas. Base da cantoneira de 1 ¼" x 3/16" vagas com ferro redondo de ½" tudo zincado. Fixação: chumbado no chão com concreto 10MPa. Pintado com duas demãos de zarcão e com duas demãos tinta esmalte sintético (cor a definir pela fiscalização) (UNIDADE).	Sena Madureira	Und.	3	1	3	991,67	2.975,01
VALOR TOTAL ESTIMADO - SENA MADUREIRA (R\$)								34.095,01
Grupo 2 - Rio Branco								
4	Confecção e instalação de portões/grade para porta, tipo de abrir, com barras cilíndricas na vertical (vergalhão de aço) de 3/8" e espaçamento entre elas de 10 centímetros, além de possuir barra chata na horizontal de 3/4"x1/8" com espaçamento de 50 centímetros entre elas, cantoneira 3/4"x 1/8 " e dois fechos com porta cadeado, um na parte superior e outro na parte inferior do portão, com guarnições, chumbadores (mínimo de 06 (seis) ou 02 (dois) a cada metro linear), com dobradiças, devidamente aparelhada com duas demãos de zarcão e recomposição das paredes no mesmo padrão existente. Pintado com duas demãos tinta esmalte sintético e fornecimento do cadeado, compatível com o portão (cor a definir pela fiscalização). (VALOR POR METRO QUADRADO).	Rio Branco	m²	50	2	30	650,00	32.500,00
5	Confecção e instalação de portões/grade para porta, tipo de correr, com barras cilíndricas na vertical (vergalhão de aço) de 3/8" e espaçamento entre elas de 10 centímetros, além de possuir barra chata na horizontal de 3/4"x1/8" com espaçamento de 50 centímetros entre elas, cantoneira 3/4"x 1/8 " e porta cadeado, um na parte superior e outro na inferior do portão, com guarnições, inclusive guias, trilhos, roldanas, rolamentos e fecho, devidamente aparelhada com duas demãos de zarcão e recomposição das paredes no mesmo padrão existente. Pintado com duas demãos tinta esmalte sintético e fornecimento do cadeado compatível com o portão (cor a definir pela fiscalização). (VALOR POR METRO QUADRADO).	Rio Branco	m²	30	3	30	680,00	20.400,00
6	Confecção e instalação de portões/grade para porta, tipo de abrir, em metalon, com quadro em perfis retangulares de 30x30mm e interior em perfis retangulares de 30x20mm, espaçamento a cada 10 cm vertical e 50 cm na horizontal, com fechadura e ferrolhos, porta cadeado, dobradiças, chumbadores (mínimo de 06 (seis) ou 02 (dois) a cada metro linear) devidamente aparelhada com duas demãos de zarcão e recomposição das paredes no mesmo padrão existente. Pintado com duas demãos tinta esmalte sintético e fornecimento do cadeado compatível com o portão (cor a definir pela fiscalização). (VALOR POR METRO QUADRADO).	Rio Branco	m²	20	3	20	780,00	15.600,00
7	Confecção e instalação de portões/grade para porta, tipo de correr, em metalon,, com quadro em perfis retangulares de 30x30mm e interior em perfis retangulares de 30x20mm, espaçamento a cada 10 cm vertical e 50 cm na horizontal, com fechadura e ferrolhos, porta cadeado, um na parte superior e outro na inferior do portão, com guarnições, inclusive guias, trilhos, roldanas, rolamentos e fecho devidamente aparelhada com duas demãos de zarcão e recomposição das paredes no mesmo padrão existente. Pintado com duas demãos tinta esmalte sintético e fornecimento do cadeado compatível com o portão (cor a definir pela fiscalização). (VALOR POR METRO QUADRADO).	Rio Branco	m²	20	3	20	780,00	15.600,00
8	Confecção e instalação de grade com barras cilíndricas na vertical (vergalhão de aço) de 3/8" polegadas e espaçamento entre elas de 10 centímetros, além de possuir barra chata na horizontal de 3/4"x1/8" com espaçamento de 50 centímetros, entre elas, e cantoneiras 3/4"x 1/8" nas extremidades, chumbadores (mínimo de 06 (seis) ou 02 (dois) a cada metro linear), devidamente aparelhada com duas demãos de zarcão e recomposição das paredes no mesmo padrão existente. Pintado com duas demãos tinta esmalte sintético (cor a definir pela fiscalização). (VALOR POR METRO QUADRADO).	Rio Branco	m²	175	5	30	580,00	101.500,00
9	Cesta composta de tela moeda inox na lateral e no fundo, com 60 centímetros de altura, 35 centímetros de diâmetro. Haste de sustentação da cesta de tubo galvanizado inox com 2" com 1,10 metros de altura considerado do solo, para sustentação da cesta. Fixação: Chumbado no chão com concreto 10MPa. (UNIDADE).	Rio Branco	Und.	20	2	20	866,00	17.320,00
10	Protetor para árvore, confeccionado em tela soldada galvanizada 2" x 2" com altura de 110 centímetros e 60 centímetros de diâmetro, devidamente aparelhada com duas demãos de zarcão e pintado com duas demãos de tinta esmalte sintético. (cor a definir pela fiscalização). (UNIDADE).	Rio Branco	Und.	20	2	20	729,00	14.586,60
11	Confecção e Instalação de Bicletário de 6 lugares cada – 2,00 metros por 0,60 metros. Material: ferro zincado e cantoneiras zincadas. Base da cantoneira de 1 ¼" x 3/16" vagas com ferro redondo de ½" tudo zincado. Fixação: chumbado no chão com concreto 10MPa. Pintado com duas demãos de zarcão e com duas demãos tinta esmalte sintético (cor a definir pela fiscalização) (UNIDADE).	Rio Branco	Und.	30	5	20	800,00	24.000,00
12	Confecção e Instalação de grade protetora para bebedouro, confeccionada em cantoneiras 3/4"x 1/8, altura: 95 cm x Largura: 38 cm x Comprimento: 38 cm, além de possuir 03 barras chatas em cada lado, na horizontal de 3/4"x1/8" com espaçamento de 40 cm e 06 cm, com dobradiças e porta cadeado e abertura na parte superior, com chapa galvanizada de 6cm de largura na parte superior e furo para garrafão, com 6 chumbadores e devidamente aparelhada com duas demãos de zarcão e recomposição das paredes no mesmo padrão existente. Pintado com duas demãos tinta esmalte sintético (cor a definir pela fiscalização). (UNIDADE).	Rio Branco	Und.	50	5	30	850,00	42.500,00
13	Confecção e Instalação de Guarda corpo em tubo de aço inox para Escada e Rampa, conforme a Norma ABNT NBR 9050/2020 ou mais atual (VALOR POR METRO LINEAR).	Rio Branco	Metro	170	10	30	1.200,00	204.000,00
14	Confecção e Instalação de Corrimão em tubo de aço inox para Escada e Rampa, conforme a Norma ABNT NBR 9050/2020 ou mais atual e com a recomposição das paredes no mesmo padrão existente (VALOR POR METRO LINEAR)	Rio Branco	Metro	200	10	30	950,00	190.000,00

15	Confeção e Instalação de Escada marinho em tubo de aço galvanizado de 1/1/2" de 6 degraus, pintado com duas demãos de tinta antiferrugem e duas demãos de esmalte sintético (VALOR POR METRO LINEAR).	Rio Branco	Metro	40	5	40	1.200,00	48.000,00
16	Confeção e instalação de grade protetora para refletor, formato gaiola antivandalismo, tela soldada galvanizada 2" x 2", cantoneiras 3/4" x 1/8, fixação com buchas e parafusos especiais ou chumbada, confeccionada em Aço Galvanizado, porta de acesso com dobradiça e porta cadeado, pintado com pintura eletrostática (Epoxi) (Cor a definir pela fiscalização). Dimensões. Largura 35cm, Altura 30 cm. Comprimento 40 cm. (UNIDADE).	Rio Branco	Und.	20	5	20	380,00	7600,00
17	Confeção e Instalação de Portão com duas folhas, contorno em perfis retangulares em metalon de 80x40mm (espessura 1,50mm ou superior), inclusive contraventamento na horizontal e vertical, interior em tela de arame galvanizado quadrangular/losangular, fio 2,77mm (12BWG), malha 10x10cm, fixada ao longo do tubo, com dobradiças, ferrolhos e porta cadeado, devidamente aparelhada com duas demãos de zarcão e recomposição das paredes no mesmo padrão existente. Pintado com duas demãos tinta esmalte sintético (cor a definir pela fiscalização). (VALOR POR METRO QUADRADO).	Rio Branco	m²	50	5	30	864,00	43.200,00
18	Confeção e Instalação de Grade de Proteção para Data Show, formato gaiola antivandalismo, confeccionada em chapa de metalon 2" x 1", medindo Altura 25 x Largura 40 x Profundidade 35cm, com porta de acesso com dobradiça e fixação com abraçadeira e parafusos ou solda e porta cadeado. devidamente aparelhada com duas demãos de zarcão e duas demãos de esmalte sintético (Cor a definir pela fiscalização)	Rio Branco	Und.	50	5	30	657,00	32.850,00
19	Confeção e Instalação de Grade de Proteção para bombas, formato de gaiola retangular, com perfis retangulares em metalon de 20x20mm, espaçamento a cada 10 cm na vertical e 25 cm na horizontal, com porta de acesso com dobradiça e porta cadeado, chumbada no piso, com cobertura em telha zincada, devidamente aparelhada com duas demãos de zarcão e recomposição das paredes/piso no mesmo padrão existente. Pintado com duas demãos tinta esmalte sintético e fornecimento do cadeado, compatível com o portão de acesso à bomba (cor a definir pela fiscalização). (VALOR POR METRO QUADRADO DE GRADE).	Rio Branco	Und.	20	2	30	828,00	16.560,00
20	Calha em chapa de aço galvanizado número 24 para edificações de 02 pavimentos, desenvolvimento de 100 cm, incluso transporte vertical em tubos retangulares de 100x100mm em chapa de aço galvanizado número 24, a calha e o tubo de descida pintados com uma demão de tinta antiferrugem e duas demãos de esmalte sintético. (VALOR POR METRO LINEAR DE CALHA)	Rio Branco	Metro	400	15	50	353,67	141.468,00
21	Calha em chapa de aço galvanizado número 24 para edificações de 01 pavimento, desenvolvimento de 50 cm, incluso transporte vertical em tubos retangulares de 100x100mm em chapa de aço galvanizado número 24, a calha e o tubo de descida pintados com uma demão de tinta antiferrugem e duas demãos de esmalte sintético. (VALOR POR METRO LINEAR DE CALHA)	Rio Branco	Metro	400	15	50	342,00	136.800,00
22	Confeção e instalação de cerca metálica, com contorno em metalon com perfis retangulares de 50x30mm (espessura 1,25mm ou superior), interior em tela de arame galvanizado fio 3,40mm (10BWG), malha 5x15cm fixada no interior de todo o contorno, chumbadores (mínimo de 06 (seis) no total ou 03 (três) por lateral), devidamente aparelhada com duas demãos de zarcão e recomposição das paredes no mesmo padrão existente. Pintado com duas demãos tinta esmalte sintético (cor a definir pela fiscalização). Dimensões da cerca padrão, Altura = 1,70m e Largura = 2,45m (VALOR POR METRO QUADRADO).	Rio Branco	m²	250	15	50	580,00	145.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO - RIO BRANCO (R\$)								1.249.487,60
GRUPO 3 - Cruzeiro do Sul								
Item	Descrição	Local de Execução	Unid.	QTD.	QTD. MÍNIMA	QTD. MÁXIMA	Valor Unit.	Valor Total
23	Confeção e instalação de portões/grade para porta, tipo de abrir, com barras cilíndricas na vertical (vergalhão de aço) de 3/8" e espaçamento entre elas de 10 centímetros, além de possuir barra chata na horizontal de 3/4"x1/8" com espaçamento de 50 centímetros entre elas, cantoneira 3/4"x 1/8 " e dois fechos com porta cadeado, um na parte superior e outro na parte inferior do portão, com guarnições, chumbadores (mínimo de 06 (seis) ou 02 (dois) a cada metro linear), com dobradiças, devidamente aparelhada com duas demãos de zarcão e recomposição das paredes no mesmo padrão existente. Pintado com duas demãos tinta esmalte sintético e fornecimento do cadeado, compatível com o portão (cor a definir pela fiscalização). (VALOR POR METRO QUADRADO).	Cruzeiro do Sul	m²	50	2	50	772,00	38.600,00
24	Confeção e instalação de portões/grade para porta, tipo de abrir, em metalon, com quadro em perfis retangulares de 30x30mm e interior em perfis retangulares de 30x20mm, espaçamento a cada 10 cm vertical e 50 cm na horizontal, com fechadura e ferrolhos, porta cadeado, dobradiças, chumbadores (mínimo de 06 (seis) ou 02 (dois) a cada metro linear) devidamente aparelhada com duas demãos de zarcão e recomposição das paredes no mesmo padrão existente. Pintado com duas demãos tinta esmalte sintético e fornecimento do cadeado compatível com o portão (cor a definir pela fiscalização). (VALOR POR METRO QUADRADO).	Cruzeiro do Sul	m²	20	2	20	726,00	14.520,00
25	Confeção e Instalação de Bicicletário de 6 lugares cada – 2,00 metros por 0,60 metros. Material: ferro zincado e cantoneiras zincadas. Base da cantoneira de 1 ¼" x 3/16" vagas com ferro redondo de ½" tudo zincado. Fixação: chumbado no chão com concreto 10MPa. Pintado com duas demãos de zarcão e com duas demãos tinta esmalte sintético (cor a definir pela fiscalização) (UNIDADE)	Cruzeiro do Sul	Und.	10	3	20	795,00	7.950,00
26	Confeção e Instalação de grade fixa com barras cilíndricas na vertical (vergalhão de aço) de 3/8" e espaçamento entre elas de 10 centímetros, além de possuir barra chata na horizontal de 3/4" X 1/8" com espaçamento de 50 centímetros entre elas, cantoneira 3/4"x 1/8", chumbadores (mínimo de 06 (seis) ou 02 (dois) a cada metro linear), devidamente aparelhada com duas demãos de zarcão e recomposição das paredes no mesmo padrão existente. Pintado com duas demãos tinta esmalte sintético (cor a definir pela fiscalização). (VALOR POR METRO QUADRADO)	Cruzeiro do Sul	m²	100	10	50	580,00	58.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO - CRUZEIRO DO SUL (R\$)								119.070,00
GRUPO 4 - Feijó								
27	Confeção e Instalação de Bicicletário de 6 lugares cada – 2,00 metros por 0,60 metros. Material: ferro zincado e cantoneiras zincadas. Base da cantoneira de 1 ¼" x 3/16" vagas com ferro redondo de ½" tudo zincado. Fixação: chumbado no chão com concreto 10MPa. Pintado com duas demãos de zarcão e com duas demãos tinta esmalte sintético (cor a definir pela fiscalização) (UNIDADE).	Feijó/Acre	Und.	8	3	10	693,33	5546,64
28	Confeção e instalação de grade com barras cilíndricas na vertical (vergalhão de aço) de 3/8" polegadas e espaçamento entre elas de 10 centímetros, além de possuir barra chata na horizontal de 3/4"x1/8" com espaçamento de 50 centímetros, entre elas, e cantoneiras 3/4"x 1/8" nas extremidades, chumbadores (mínimo de 06 (seis) ou 02 (dois) a cada metro linear), devidamente aparelhada com duas demãos de zarcão e recomposição das paredes no mesmo padrão existente. Pintado com duas demãos tinta esmalte sintético (cor a definir pela fiscalização). (VALOR POR METRO QUADRADO).	Feijó/Acre	m²	20	5	20	680,00	13.600,00
VALOR TOTAL ESTIMADO - FEIJÓ (R\$)								19.146,64

- 1.2. O Sistema de Registro de Preços, na modalidade Pregão, será utilizado, tendo em vista que o serviço não será executado em uma única ação, mas na delegação das atividades, considerando que abrangerá os setores de todos os Núcleos e Campi da Universidade Federal do Acre. Desta forma, a execução dos serviços será sob demanda.
- 1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum nos termos do §1º, do art. 2º do decreto 5.450/2005. Ademais, o parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520/2002 define bens e serviços comuns como sendo aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.
- 1.4. Os quantitativos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário, tendo em vista que não é possível definir os quantitativos dos itens que serão executados. Assim, o Termo de Referência estabelece uma unidade de medida para fins de aferição do valor a ser pago ao CONTRATADO, sendo o pagamento realizado após o período de medição e a verificação da conformidade da prestação com a obrigação ajustada.
- 1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação dos serviços de confecção e instalação de peças metálicas se faz necessária para atender a demanda com eventuais instalações de grade e confecções de portões para dar ao ambiente maior segurança, proporcionando bem-estar para todos os usuários e servidores.

2.2. A contratação deve auxiliar em demandas de acessibilidade com instalação de guarda corpo e corrimão, em conformidade com as normas vigentes e, também, proporcionar o adequado escoamento das águas nas edificações com a instalação de calhas.

OPÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) neste certame licitatório, em conformidade com o artigo 3º, II do Decreto nº 7.892/2013, "quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa". Assim, a opção pela SRP é justificável devido a impossibilidade de determinar o quantitativo exato de cada item a ser demandado para o atendimento de serviços de serralheria.

3. PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

3.1. A contratação pretendida dos serviços de confecção e instalação de peças metálicas estarão divididas em quatro grupos (Grupo 1, Grupo 2, Grupo 3 e Grupo 4).

3.2. O Grupo 1 atenderá os município de Sena Madureira.

3.3. O Grupo 2 atenderá o município de Rio branco.

3.4. O Grupo 3 atenderá o município de Cruzeiro do Sul.

3.5. O Grupo 4 atenderá o município de Feijó.

3.6. A separação por itens em mais de um Grupo poderia gerar problemas de incompatibilidade de materiais (modelagem e encaixes entre as peças e componentes das grades, diferenças de tonalidades de cores e diferenças de acabamentos) fornecidos por diferentes licitantes.

3.7. O local da realização dos serviços também justifica o parcelamento por Grupo.

3.8. Segundo Art. 23, § 1 da Lei de Licitações - Lei 8666/93, "As obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala".

3.9. Dessa forma, de acordo com a realidade de mercado, se verifica que a licitação agrupada em dois Grupos, possibilita a economia de escala.

3.10. No caso da contratação deste Estudo Preliminar, os itens de cada grupo são inerentes e estão de acordo com o inciso I, art. 3º da IN nº 02/2008-SLTI/MP, vejamos: Art. 3º Serviços distintos podem ser licitados e contratados conjuntamente, desde que formalmente comprovado que: (Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013). I - o parcelamento torna o Contrato técnica, econômica e administrativamente inviável ou provoca a perda de economia de escala. (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013).

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de confecção e instalação de peças metálicas (serralheria), de modo que possa atender as necessidades da Universidade Federal do Acre.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. O objeto da presente licitação, caracteriza-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversas empresas, montadoras e/ou revendedoras, facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

5.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

5.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.4. A licitante deverá apresentar a comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da contratação, por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Considera-se compatível, em quantidade com o objeto da contratação, o atestado que consignar quantidade igual ou superior a 50 m² (Cinquenta metros quadrados) de grades de ferro/metálon.

5.5. A licitante deverá comprovar, ainda, que possui em seu quadro funcional profissional habilitado para desenvolver os serviços de serralheria.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

6.1.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no §3º do art. 8º da IN SLTI/MP nº 2, de 2010;

6.1.2. Na proposta de preço deverão estar inclusos todos os custos necessários ao atendimento do objeto, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, taxas, transportes, instalação, garantia, seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o fornecimento;

6.1.3. Os materiais deverão ser entregues e devidamente instalados conforme ordem de serviço expedida pela Prefeitura do Campus;

6.1.4. Nas grades, portas, portões, ou qualquer outra estrutura, o espaçamento máximo seguirá a descrição do item;

6.1.5. Nos portões deverá ser utilizados dobradiças de encaixe, mínimo de duas unidades por peça. As grades deverão ter no mínimo 06 (seis) chumbadores ou 02 (dois) a cada metro linear;

6.1.6. Todas as peças deverão ser entregues devidamente fixadas em seus locais (alvenarias, janelas, vãos de esquadrias, circulações, etc.) com argamassa de cimento/areia no traço 1:4, e será dado perfeito acabamento de rebocos na finalização do serviço pela contratada;

6.1.7. As peças deverão ter suas soldas esmerilhadas e lixadas, de forma a permitir um perfeito acabamento inclusive pintura anticorrosiva e esmalte sintético duas demãos;

6.1.8. A solda deverá atingir toda a seção das peças, e não somente uma ou outra lateral para sua fixação;

6.1.9. Todos os trabalhos de serralheria, tais como portas, portões, janelas, caixilhos, calhas grades, corrimãos, guarda-corpos, devem ser executados com precisão com pintura anticorrosiva e pintura em esmalte sintético duas demãos, ajustes e de acordo com os respectivos desenhos de detalhes, as indicações dos demais desenhos do projeto e as especificações próprias, além, das presentes normas, no que couber;

6.1.10. Todo o material a ser empregado deve ser de boa qualidade e sem defeito de fabricação, ou falhas na laminação;

6.1.11. Todos os furos dos rebites ou dos parafusos devem ser escareados e as asperezas limadas;

6.1.12. As dimensões dos perfilados citados como mínimos nos serviços, referem-se sempre a cada dimensão isolada, devendo esta dimensão ser rigorosamente obedecida.

6.1.13. Todos os batedores deverão ser em perfis tipo cantoneiras de 1X1/8" ASTM A-36 ou superior com suportes para os ferrolhos, e deverão ter a altura ou dimensão da peça a ser instalada (porta, portões, etc.);

6.1.14. Os Corrimões e Guardas corpos deverão atender ao disposto na NBR 9050/2020;

6.1.15. Adotar critério de sustentabilidade ambiental, no que couber, em razão do disposto na art. 5º IN MPOG nº 01/2010:

6.1.15.1. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

6.2. Realizar os serviços nos locais indicados pela Universidade Federal do Acre, a saber:

Rio Branco/Acre

a) Campus Universitário - Rodovia BR 364, km 04, Distrito Industrial (Incluindo o Viveiro e o Parque Zoológico, Estrada Dias Martins) – Rio Branco-AC;

b) Colégio de Aplicação - Av. Ceará, esquina com Av. Getúlio Vargas, Centro, Rio Branco-AC.

Sena Madureira/Acre

a) Núcleo de Sena Madureira - Rua Hilário Meireles, 148, Brasília – AC.

Feijó/Acre

a) Núcleo de Feijó - Rua Emergildo Macambira, s/n, Centro, Feijó-AC

Cruzeiro do Sul/Acre

a) Campus Universitário - Estrada do Canela Fina, Km 12, Gleba Formoso, Lote 245, Colônia São Francisco;

b) Unidade Marechal Cândido Rondon - Av. Copacabana, 1930;

c) Residência Estudantil - Av. Copacabana, 1880.

6.3. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8h horas às 17h horas.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

- 7.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
8. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
- 8.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a emissão da Ordem de Serviço, utilizando todo o material e recurso humano necessário para a perfeita execução do objeto.
- 8.2. O horário para entrega do objeto será de 08h00 às 17h00, de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis.
9. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**
- 9.1. O prazo de entrega das instalações e do fornecimento do material é de 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço, realizada pela equipe de fiscalização do contrato, de acordo com a necessidade da instituição.
- 9.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 9.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 9.4. Os bens serão recebidos definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 9.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 9.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
10. **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**
- 10.1. Todo o material necessário para a perfeita execução do objeto deverá ser fornecido pela CONTRATADA.
11. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.6.5. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.6.6. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.6.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
12. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.8. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.9. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.10. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.12. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.19. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.20. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.20.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.20.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
13. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
14. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
15. **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 15.10. Instrumento de Medição de Resultado:

Indicador 1- Realização das Ordens de Serviço dentro da periodicidade especificada		
Item	Descrição	
Finalidade	Garantir que as Ordens de Serviço sejam realizadas dentro da periodicidade especificada.	
Instrumento de medição	Planilha de controle dos serviços executados.	
Meta a cumprir	100% de realização das Ordens de Serviço dentro da periodicidade especificada.	
Forma de acompanhamento	Acompanhamento por parte da equipe de fiscalização, considerando a demanda apresentada, por meio de Ordem de serviço.	
Periodicidade	Mensal.	
Mecanismo de Cálculo	Contagem das Ordens de Serviços planejadas e não realizadas dentro do período estabelecido neste Termo de Referência.	
Referência	Data da Ordem de Serviço.	
Faixas de ajuste no pagamento	Descontos incidentes sobre 80% do valor da fatura devida.	Por 01 (uma) Ordem de Serviço cumprida fora do prazo, estabelecido neste Termo de Referência - desconto de 2,5%;
		Por 02 (duas) Ordens de Serviço cumpridas fora do prazo, estabelecido neste Termo de Referência - desconto de 5%;
		Por 03 (três) Ordens de Serviço cumpridas fora do prazo, estabelecido neste Termo de Referência - desconto de 7,5%;
		Por 04 (quatro) Ordens de Serviço cumpridas fora do prazo, estabelecido neste Termo de Referência - desconto de 10%;
		Mais de 05 (cinco) Ordens de Serviço cumpridas fora do prazo, estabelecido neste Termo de Referência - desconto de 20%.
Penalidades/ Serviço Insatisfatório	Independentemente das adequações no pagamento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93.	

Indicador 2- Entrega de peça metálica em perfeitas condições de uso	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a qualidade do material fornecido e o serviço de confecção e instalação de peça metálica.
Instrumento de medição	Planilha de controle dos serviços executados.
Meta a cumprir	100% de realização dos serviços executados com qualidade.
Forma de acompanhamento	Acompanhamento por parte da equipe de fiscalização.
Periodicidade	Ordem de Serviço
Mecanismo de Cálculo	Solicitação de reinstalação e troca de material.
Referência	Data da Ordem de Serviço.

Faixas de ajuste no pagamento	Descontos incidentes sobre 80% do valor da fatura devida.	Por 01 (uma) solicitação de troca de material/reinstalação - desconto de 2,5%;
		Por 02 (duas) solicitações de troca de material/reinstalação - desconto de 5%;
		Por 03 (três) solicitações de troca de material/reinstalação - desconto de 7,5%;
		Por 04 (quatro) solicitações de troca de material/reinstalação - desconto de 10%;
		Por 05 (cinco) solicitações de troca de material/reinstalação - desconto de 20%.
Penalidades/ Serviço Insatisfatório	Independentemente das adequações no pagamento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93.	

- 15.11. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.12. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.13. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.14. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 15.16. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 15.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 15.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO
- 16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 16.2. No prazo de até 10 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato
- 16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 16.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 16.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 16.3.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 16.6. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 16.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
17. DO PAGAMENTO
- 17.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo do serviço e ateste da nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 17.4.1. o prazo de validade;
- 17.4.2. a data da emissão;
- 17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 17.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 17.4.5. o valor a pagar; e
- 17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 17.6.1. não produziu os resultados acordados;
- 17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

- 17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$\left(\frac{6}{100} \right)$	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. **ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO**
- 18.1. Não se aplica.
19. **DO REAJUSTE**
- 19.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 19.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, comumente utilizado para reajustar serviços. Deverá ser utilizado exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 19.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 19.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 19.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 19.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 19.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 19.7. O reajuste será realizado por apostilamento.
20. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pois a contratada responsabilizar-se-á pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
21. **DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS**
- 21.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 21.2. A garantia será prestada com vistas a manter os materiais/equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 21.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 21.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 21.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 21.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da NOTIFICAÇÃO à CONTRATADA.
- 21.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 21.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar material/equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 21.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 21.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 21.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
22. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 22.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 22.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 22.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 22.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 22.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 22.1.5. cometer fraude fiscal;
- 22.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 22.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 22.2.2. Multa de:
- 22.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- 22.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 22.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 22.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- 22.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 22.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 22.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 22.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 22.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 21.1 deste Termo de Referência.
- 22.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 22.3. As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 22.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

- 22.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 22.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 22.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 22.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 22.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 22.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 22.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 22.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 22.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 22.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 22.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 22.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
23. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 23.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 23.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 23.3. A licitante deverá apresentar a comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da contratação, por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Considera-se compatível, em quantidade com o objeto da contratação, o atestado que consignar quantidade igual ou superior a 50 m² (Cinquenta metros quadrados) de grades de ferro/metálon.
- 23.4. A licitante deverá comprovar, ainda, que possui em seu quadro funcionário profissional habilitado para desenvolver os serviços de serralheria.
- 23.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço.
- 23.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
24. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**
- 24.1. O custo estimado será de R\$ 1.421.796,25 (Um milhão, quatrocentos e vinte e um mil, setecentos e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos).
25. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 25.1. A Pró-Reitoria de Planejamento informará em momento oportuno.

ANTONIO ARTERSON SILVA DA CRUZ
Requisitante

HÁDENYS RICARDO MATOS MAIS
Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Artheson Silva da Cruz, Prefeito do Campus**, em 02/10/2023, às 15:19, conforme horário de Rio Branco - AC, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hadenys Ricardo Matos Maia, Administrador**, em 03/10/2023, às 08:03, conforme horário de Rio Branco - AC, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ufac.br/sei/valida_documento ou click no link [Verificar Autenticidade](#) informando o código verificador **1036517** e o código CRC **FBF75529**.